

Cunha Bueno propõe que a monarquia seja restaurada

Entre emendas apresentadas ontem ao projeto de regimento da Constituinte, a do deputado paulista Cunha Bueno (PDS) é, no mínimo, original: ele quer restaurar a monarquia no Brasil, alegando que o regime republicano é o grande responsável pela instabilidade política do País.

Ao tomar conhecimento da iniciativa, o relator do regimento, senador Fernando Henrique Cardoso, não poupou ironias. Ao próprio Cunha Bueno, por quem foi procurado no plenário, afirmou que só acataria a emenda se ela o contemplasse com um título de nobreza. A imprensa, lembrou um artigo que escreveu alguns anos atrás sobre o então presidente Geisel, comparando-o a um monarca.

O deputado paulista defende a sua proposta argumentando que apenas dois presidentes da República completaram seus mandatos, submetidos como estão

ao equilíbrio das forças partidárias. "Já o monarca, que paira acima dos partidos e tem o Poder Moderador, atravessa sem aranhões qualquer crise política e sua figura dá estabilidade à Nação".

Para o senador Fernando Henrique, contudo, o Poder Moderador era objeto de inúmeras críticas durante o tempo em que existiu no Brasil: "Esse instrumento era considerado, na época, altamente autoritário. Ele estabelecia o desequilíbrio no jogo parlamentar porque o imperador podia derrubar gabinetes quando lhe conviesse".

Cunha Bueno alega, contudo, que a escolha de um monarca que reúna condições efetivas para o desempenho da missão proporcionará ao Brasil um longo período de serenidade política. Ele ainda não tem candidato para o cargo, não conhece pessoalmente os herdeiros de D. Pedro II

e chega a admitir a possibilidade de uma eleição direta para o posto: "Essa decisão caberá à Constituinte".

Embora ainda esteja reticente em falar porque não analisou todas as emendas, o relator do regimento, Fernando Henrique Cardoso, antecipou algumas posições a respeito dos assuntos polêmicos. Ele já definiu-se, por exemplo, pela ampliação das comissões constitucionais, cujo número previsto pelo projeto original é de apenas cinco.

Quanto à publicação diária de matéria paga nos jornais a respeito dos trabalhos da Constituinte, é uma idéia praticamente descartada.

Já com as emissoras de rádio e televisão, que são concessões estatais, Fernando Henrique admite negociar. Ele considera exagerada a transmissão de uma hora diária de noticiário constituinte, como prevêem algumas emendas.